

Intervenção de Eduardo Balsa (Porta 65 fechada) na Assembleia Municipal de Lisboa – 19 de Fevereiro de 2008.

Exma. Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados,

Recentemente foi introduzido um novo programa de incentivo ao Arrendamento Jovem, o Porta 65 que vem substituir o anterior IAJ.

Contrariamente ao que primeiro foi anunciado, quer pelo programa do governo que prometia melhorar o IAJ, quer por reportagens transmitidas em diversos órgãos de comunicação social em meados de Março de 2007, em que nos era dito que o novo programa retiraria limites de duração aos mais necessitados e alargaria a sua área de acção, este programa não passou de mais mais uma machadada na possibilidade de os jovens terem direito a uma habitação condigna. Este programa, partindo das cinzas do anterior IAJ, implementa novas medidas de selecção que levam por exemplo a que não seja permitido o aluguer de um T1 em Lisboa por mais de 340 euros, e que mesmo que o jovem encontre uma casa por esse preço, terá de auferir um salário superior a 1000 euros (isto se não estiver a recibos verdes, situação infelizmente tão comum hoje) visto que nesse caso apenas 80% do seu rendimento contará...).

Não bastando isto, e como que, de forma a diminuir logo à partida o número de candidatos, os anteriores beneficiários de IAJ apenas puderam candidatar-se na primeira fase, sendo avisados das novas condições com menos de uma semana de antecedência, tendo assim que ajustar a sua situação e arranjar documentos nunca antes pedidos, literalmente de um dia para o outro.

A exclusão da maior parte dos candidatos é nos claramente revelada pelos números da primeira fase das candidaturas. Apenas 3.561 candidatos conseguiram submeter a sua candidatura, num sistema exclusivamente on-line que sofre de “cegueira crónica”, e que levou a dois adiamentos no prazo limite de candidatura. Nesta fase eram esperadas 20 mil candidaturas, falamos pois de uma diferença de cerca de 16 500 candidaturas, nada que abale os responsáveis que ainda assim defenderam o sucesso desta primeira fase! Mas os números não se ficam por aqui, das cerca de 3500 candidaturas efectivamente recebidas já existem diversos testemunhos do não cumprimento dos requisitos, aguardamos com expectativa os resultados finais desta fase, e com curiosidade a forma criativa e optimista com que os responsáveis vão, mais uma vez, defender este Programa sendo incapazes de reconhecer o rotundo falhanço e a inadequação deste programa à realidade portuguesa.

Diz-nos o Governo que acabou com o anterior subsidio por existirem abusos e infracções (que foram, e muito bem, detectadas pelo Tribunal de Contas), ora condenem-se os culpados, mas não os inocentes. Fiscalize-se, e acima de tudo melhorem-se as condições para os jovens que realmente necessitam poder aceder a estes programas de incentivo.

Ao acabar com o IAJ, o governo acabou com um subsidio que possibilitava aos jovens a hipótese de, num inicio de carreira, acederem a uma habitação própria e condigna sem terem de se submeter de imediato a créditos bancários que os prendem para a vida ou a viver em condições muito abaixo do desejado, possibilitavam a muitos viver no centro das cidades, mais perto dos seus empregos, dinamizando estas zonas envelhecidas e diminuindo o transito que todos os dias invade a nossa cidade.

Não conseguimos entender como pode o Secretário de Estado vir dizer que:

- "O Porta 65- Jovem não é um instrumento para resolver o problema do acesso à habitação, é um instrumento de emancipação dos jovens. Os jovens pobres não resolverão o problema por esta via: o problema não é serem jovens, é serem pobres,"

e depois o Primeiro Ministro dizer:

- "O Porta 65- Jovem é para os mais carenciados e não para famílias ricas."

Não podemos entender como pode o vice-presidente do IPJ vir a público dizer que muitas condições do programa serão revistas e que "obviamente" os antigos beneficiários do IAJ poderão candidatar-se com novas condições, e uma semana mais tarde o Secretário de Estado dizer que em condição alguma os antigos beneficiários do IAJ poderão candidatar-se noutra fase.

Em que ficamos? Qual o verdadeiro objectivo do Porta 65? Nós pensamos que deveria ser um instrumento que possibilitasse aos jovens verem cumprido o artigo 65 e 70 da Constituição, o direito à habitação, um instrumento que trouxesse os jovens para o centro das cidades.

Ao instituir o Porta 65, o governo pôs, literalmente na rua, milhares de Jovens, muitos com filhos ou obrigações profissionais. Que incentivo a povoar os centros das cidades é que nos trouxe? É assim que se aumenta a natalidade e produtividade? Que se incentiva os jovens a terem uma atitude activa na sociedade?

Não é possível ficar indiferente quando dezenas de milhares de jovens que ao longo dos últimos anos foram construindo a sua independência ficam, com um aviso prévio de uma semana sem uma ajuda, para muitos indispensável. Porque nem todos têm a casa dos pais para voltar, ou condições para continuar na sua habitação actual. Porque muitos haviam planeado a sua vida a contar com este subsidio para alguns anos, e e destes, muitos apenas tiverem direito a um ano ou dois de ajuda. Não se trata aqui de dependência de subsídios, relembro-vos que se tratam todos de jovens trabalhadores, trata-se de quebrar por completo os planos que estes jovens tinham feito.

O Movimento Porta 65 Fechada realizou, para alertar os jovens e a população em geral para as injustiças deste programa, uma série de actividades, debates, concertos e manifestações, contanto nestes com a participação activa de centenas de jovens, que discutiram, e mostraram o seu descontentamento para com este programa.

Exmos Senhores,

Lisboa perdeu cerca de 250 mil habitantes nas últimas duas décadas, ou seja, quase um terço da população que mantinha no início da década de 80, tendo hoje os mesmos habitantes que tinha em 1930. Grande parte desta movimentação deu-se para a cintura metropolitana de Lisboa, trazendo consigo outros problemas para Lisboa, como o reduzido numero de trabalhadores residentes em Lisboa (apenas 35% da massa trabalhadora de Lisboa vive no concelho), o esvaziamento de bairros históricos, o aumento descontrolado do transito na entrada e saída do concelho, etc. etc.

Assim sendo, pensamos que é obrigação da AML e da CML defender os interesses da cidade, dos jovens da cidade, e dos jovens que poderiam voltar a viver na cidade, fazendo tudo o que puder para inverter esta situação e rejuvenescer o nosso concelho, e que portanto deveriam reunir e discutir com o Governo e com os representantes do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, formas de não só criar programas concertados para rejuvenescer o centro da cidade e assegurar a habitação aos jovens interessados a viver no concelho, como também uma revisão completa do Programa Porta 65, para que este passe a ser um instrumento real de incentivo.